

ORIENTAÇÃO PARA O RECOLHIMENTO DA TAXA PARA CUSTEIO E MANUTENÇÃO DA ENTIDADE SINDICAL.

Por deliberação da **Assembleia Geral Extraordinária** da categoria profissional dos comerciários, **ato para o qual todos os comerciários (associados ou não) foram devidamente convocados**, através de edital publicado em jornal local de grande circulação (folha de Londrina), considerando que esta entidade sindical não recebe taxa de reversão salarial desde o ano de 2012, considerando que a contribuição sindical deixou de ser obrigatória a partir de novembro de 2017, considerando que o sindicato não recebe qualquer verba do Governo Federal, Estadual, Municipal, ou de qualquer outra instituição, mantendo-se apenas das contribuições dos trabalhadores, ainda, considerando o disposto no artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, restou **DECIDIDA E AUTORIZADA** a cobrança da **TAXA PARA CUSTEIO E MANUTENÇÃO DA ENTIDADE SINDICAL**, em favor do **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE LONDRINA - SINDECOLON**. A cobrança da contribuição independe da filiação do comerciário a este sindicato, se justificando a cobrança pelo fato de que **todos os empregados são alcançados pelos benefícios salariais e sociais negociados por este Sindicato**.

Conforme decidido em assembleia, a **TAXA PARA O CUSTEIO E MANUTENÇÃO DO SINDICATO** se dará mediante o desconto de 4% (quatro por cento) do **piso salarial previsto na cláusula 3ª, item "B", da Convenção Coletiva** vigente (maio de 2019 a abril de 2020), ou seja, **valor anual de R\$ 56,16** (cinquenta e seis reais e dezesseis centavos) a ser deduzido de cada comerciário, e recolhida em Boleto bancário emitido pelo **SINDECOLON** junto à **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, no prazo de até o **dia 10 de fevereiro de 2020**.

Os empregados, **INDIVIDUALMENTE**, poderão exercer o direito de oposição, o fazendo diretamente na sede do Sindicato, à Rua Fernando de Noronha, n. 207, centro, Londrina, Paraná, apresentando por escrito o seu desejo de não contribuir para a manutenção do seu próprio Sindicato. As oposições poderão ser feitas em até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da **CONVENÇÃO COLETIVA** junto ao programa MEDIADOR, do **MINISTÉRIO DA ECONOMIA**, cujo registro foi realizado em **06/12/2019** e recebeu a seguinte identificação **MR072093/2019**.

Necessário se faz reiterar que esta **TAXA** servirá para o **CUSTEIO E A MANUTENÇÃO** desta entidade sindical, **sendo a única fonte de receita da mesma**, razão pela qual se torna fundamental para a sobrevivência da entidade que representa os comerciários.

Por fim, solicitamos o apoio de todos os contadores, gerentes, prepostos, representantes de recursos humanos, que sensibilizados quanto à importância desta contribuição, que nos auxiliem quanto à participação dos comerciários na manutenção desta entidade sindical.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE LONDRINA - SINDECOLON.

CARTA SINDICAL DATADA DE 23 DE MARÇO DE 1956.

DIRETORIA.



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2020

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR003437/2019
DATA DE REGISTRO NO MTE: 06/12/2019
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR072093/2019
NÚMERO DO PROCESSO: 13068.103749/2019-93
DATA DO PROTOCOLO: 06/12/2019

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE LONDRINA, CNPJ n. 78.637.824/0001-64, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE LIMA DO NASCIMENTO;

E

SIND DO COM VAREJ DE PROD FARMACEUTICOS DE LONDRINA, CNPJ n. 78.636.065/0001-15, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JEFFERSON PROENCA TESTA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados no Comércio Atacadista e varejista – do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio**, com abrangência territorial em **Alvorada do Sul/PR, Arapongas/PR, Bela Vista do Paraíso/PR, Cambé/PR, Centenário do Sul/PR, Florestópolis/PR, Ibiporã/PR, Jaguapitã/PR, Londrina/PR, Lupionópolis/PR, Porecatu/PR, Primeiro de Maio/PR, Rolândia/PR e Sertanópolis/PR.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL MÍNIMO DE INGRESSO

Fica assegurado aos integrantes da categoria os pisos abaixo relacionados:

- a) – Aos empregados que exercerem a função de “Office Boy” e entregador fica assegurado o piso salarial de R\$ 1.232,00 (Um mil, duzentos e trinta e dois reais) com efeito retroativo a partir de 1º de maio de 2019
- b) – Aos empregados que trabalham nas demais funções fica assegurado o piso salarial de R\$ 1.389,00 (Um mil, trezentos e oitenta e nove reais) com efeito retroativo a partir de 1º de maio de 2019..

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os integrantes da categoria abrangidos por esta Convenção Coletiva terão salários fixos ou parte fixa dos salários mistos, reajustados a partir de 1º de maio 2019, mediante a aplicação do percentual global de 5,07% (cinco inteiros e sete décimos por cento), sobre os salários vigentes a partir de 1º de maio de 2019, aplicado sobre os salários de 1º de maio de 2018.

§ 1º - **Diferenças Salariais:**

a) - As diferenças salariais decorrentes destes reajustes, incidentes nos salários pagos de 01/05/2019 a 31/11/2019 deverão ser pagas em uma única parcela juntamente com o salário referente a Novembro/2019.

b) - O pagamento das diferenças salariais aos empregados, cujo contrato de trabalho já se encontra rescindido, deverá ser realizado em única parcela até o 5º (quinto) dia útil do mês de Dezembro de 2019.

§ 2º - Aos empregados admitidos após 1º de maio 2018 será garantido o reajuste estabelecido na cláusula "4ª", proporcional ao tempo de serviço, nos seguintes termos:

MÊS	ANO	TOTAL
MAIO	2018	5,07%
JUNHO	2018	4,62%
JULHO	2018	3,14%
AGOSTO	2018	2,89%
SETEMBRO	2018	2,89%
OUTUBRO	2018	2,58%
NOVEMBRO	2018	2,17%
DEZEMBRO	2018	2,43%
JANEIRO	2019	2,28%
FEVEREIRO	2019	1,92%
MARÇO	2019	1,37%
ABRIL	2019	0,60%

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA QUINTA - COMPENSAÇÃO

No reajuste previsto na cláusula "4ª", poderão ser compensados todos os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos ou compulsórios, concedido pela empresa durante o período de 1º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019, salvo nos casos decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação e término de aprendizagem.

CLÁUSULA SEXTA - COMISSIONISTA

Fica estabelecido aos comissionistas a garantia mínima, não cumulativa, do maior piso salarial da categoria.

§ 1º - A média das comissões e repouso sobre as mesmas para cálculos de férias, 13º salário, aviso prévio e verbas rescisórias, deverão ser apuradas com base nos 12 (doze) últimos salários variáveis percebidos, da seguinte forma: A parte variável do salário dos comissionistas será corrigida monetariamente pela aplicação do INPC/IBGE mês a mês acumulada no período, conforme tabela a ser fornecida pela entidade sindical dos empregados, até o final da vigência deste instrumento ou outro índice que vier substituí-lo.

§ 2º - As empresas deverão fornecer o valor total das vendas pertinentes ao comissionista, para comprovação da base de cálculo das comissões, repouso semanal, fundos de garantia e contribuição previdenciária.

§ 3º - Fica vedada a inclusão da parcela correspondente ao repouso semanal remunerado, que trata a lei nº 605 de 05/01/49, nos percentuais de comissão, ficando ajustado que o cálculo de dito repouso será feito dividindo-se o valor das comissões pelos dias efetivamente trabalhados, multiplicando-se pelo número de domingos e feriados ocorridos no mês correspondente.

§ 4º - As comissões apuradas sobre vendas não poderão ser fechadas antes do dia 23 e deverão ser pagas até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao fechamento do mês a que corresponderem.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

O adicional das horas extras será de pelo menos, 50% (cinquenta por cento), não podendo exceder de 2 (duas) horas por jornada, na prorrogação dos dias trabalhados no mês, tanto para os que percebam salários fixos ou comissões.

§ 1º - Obtém-se o valor da hora extra dividindo-se o ganho do mês por 220 (duzentos e vinte) horas.

Adicional Noturno

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno será pago com adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário hora diurno.

Outros Auxílios

CLÁUSULA NONA - AUXILIO CRECHE

Os estabelecimentos que tenham em seus quadros 30 (trinta) ou mais mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade, propiciarão ou manterão convênios com creches para guarda e assistência de seus filhos em período de amamentação, de acordo com o parágrafo 1º, do inciso IV, do artigo 389, da CLT, ou reembolsarão o valor pago pela empregada.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência terá validade se expressamente celebrado, com a data de início datilografada e assinatura do empregado sobre a referida data, devendo ser anotado na CTPS e entregue cópia ao empregado, mediante recibo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DECLARAÇÃO SEM JUSTA CAUSA

Ao empregado despedido por justa causa, o empregador deverá entregar declaração do motivo determinante, sob pena de presunção de injusta despedida

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE À GESTANTE

Fixa-se estabilidade à gestante, desde o início da gravidez até 90 (noventa) dias após o término da licença legal, não podendo ser concedido aviso prévio ou férias neste prazo; tal garantia vale, inclusive nos contratos de experiência.

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SERVIÇO MILITAR

Fica assegurada em idade de convocação a estabilidade no emprego, desde o alistamento até 90 (noventa) dias após a baixa ou desincorporação.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ESTABILIDADE PRÉ - APOSENTADORIA

Será assegurado o emprego nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederem o implemento do tempo necessário à aposentadoria, ao empregado que tiver, no mínimo, 5 (cinco) anos de serviço à empresa, ressalvando-se a ocorrência de justa causa.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - UNIFORME

Haverá obrigatoriedade de as empresas fornecerem uniforme, gratuitamente, quando exigido o seu uso, devendo devolvê-lo conservado quando da rescisão do contrato.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONFERÊNCIA DE CAIXA

A conferência de valores de caixa deverá ser feita na presença do operador responsável, estando este impedido ou impossibilitado de acompanhá-la, não haverá responsabilidade por erros verificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

As empresas se obrigam a fornecer aos empregados o envelope de pagamento ou contracheque, discriminando as importâncias da remuneração e os respectivos descontos efetuados, inclusive valores de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ANOTAÇÃO EM CTPS

Estabelece-se a obrigatoriedade de anotação dos salários reajustados e, conforme o caso, dos percentuais de comissão na CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - JORNADA SEMANAL

Fixa-se a jornada de trabalho dos empregados da categoria em 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo aos sábados, das oito às doze horas, ressalvando-se caso de farmácias que estiverem de plantão

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA VIGÉSIMA - INTERVALO PARA DESCANSO

Os intervalos para lanches, desde que requeridos pelo empregado, serão computados como tempo de serviço na jornada diária do empregado.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTAS

Abono de faltas dos empregados estudantes e vestibulandos, quando comprovarem a prestação de exame na cidade em que trabalham ou residem.

Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO DE ESTUDANTE

Fica vedada a prorrogação do horário de trabalho aos empregados estudantes que comprovarem a sua situação escolar, a não ser por livre critério do empregado.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - TRABALHO APÓS O EXPEDIENTE

O empregado que, em regime de trabalho extraordinário, operar uma hora após o expediente normal, fará jus a refeição fornecida pelo empregador ou a um pagamento equivalente a 3% (três por cento) do salário mínimo acrescido de abono salarial quando houver, por dia em que ocorrer tal situação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FERIADOS

Não haverá expediente e respectivo trabalho, na terça-feira de carnaval, ressalvando-se os que estiverem de plantão.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - INÍCIO DAS FÉRIAS

O início das férias não poderá coincidir com sábados, domingos e feriados, sob pena de serem devidos em dobro os valores correspondentes a esses dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PAGAMENTO DAS FÉRIAS

As férias serão pagas com acréscimo de 1/3 (um terço), independentemente de serem gozadas ou indenizadas

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - LICENÇA NÃO REMUNERADA

As empresas com contingente maior que 20 (vinte) empregados por estabelecimento, concederão licença não remunerada aos dirigentes sindicais eleitos e no exercício de seu mandato para participação em reuniões, conferências, congressos e simpósios, licença que será solicitada pela entidade sindical, com antecedência mínima de 10 (dez) dias e por prazo não superior a 10 (dez) dias por ano.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

No caso de pedido de demissão, o empregado com menos de 12 (doze) meses de serviço, terá direito a férias proporcionais na base de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

As partes pela Convenção, outorgam ao Sindicato, competência para ajuizar perante a Justiça do trabalho, ações de cumprimento, seja de matéria salarial, seja por descumprimento de cláusulas convencionais ou matéria de direito individual, independentemente da condição ou não pelo empregado.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PENALIDADES

Pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas acordadas, ficam os infratores obrigados pagamento de multa igual a 10% (dez por cento) do Piso Salarial da categoria, que reverterá em favor do prejudicado, seja o empregado, sejam as entidades sindicais Convenentes. Tal penalidade caberá por infração e por empregado prejudicado com eventual infringência. A penalidade aqui prevista poderá ser reclamada diretamente pela entidade sindical, independentemente de outorga de mandato do empregado, quando em favor deste.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTOS INDEVIDOS

O empregador somente poderá cobrar de seus empregados o valor dos cheques de clientes ou de terceiros, recebidos em pagamento e dos cartões de crédito, no caso de descumprimento das regras estabelecidas pelo empregador para tal forma de pagamento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - RENEGOCIAÇÃO

Fica ajustado entre as partes que, a cada modificação da política salarial em relação ao salário mínimo vigente, as partes voltam a negociar imediatamente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONDIÇÕES FINAIS

O presente ajuste é considerado firme e valioso para abranger com suas cláusulas e condições, as duas partes pactuantes e com extensão a todos os contratos individuais de trabalho, dos empregados representados pela categoria profissional, que trabalhem em vendas ou em quaisquer outros setores, dentro das empresas e em toda a base territorial dos Sindicatos Convenentes, tendo os seus termos validade ressalvando-se sempre a aplicabilidade de todas as normas legais em vigência ou que vierem a ser editadas que ofereçam novas ou maiores proteções aos trabalhadores

JOSE LIMA DO NASCIMENTO

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE LONDRINA

JEFFERSON PROENCA TESTA

Presidente

SIND DO COM VAREJ DE PROD FARMACEUTICOS DE LONDRINA

ANEXOS

ANEXO I - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.